1 CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA-
2 CEAS/SC aos treze dias do mês de agosto na Secretaria de Estado de Assistência
3 Social, Trabalho e Habitação – SST foi realizada a 7ª Reunião Plenária Ordinária do
4 ano de dois mil e treze, do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa
5 Catarina, sob a Coordenação da Presidente do CEAS/SC, Senhora Solange Bueno. A
6 Reunião Plenária contou com a presença dos Conselheiros (as) Titulares e Suplentes,
7 representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Titular Sonia Maria
8 dos Santos Fernandes representante da Secretaria de Estado de Educação,
9 Conselheiro Titular Amarildo Vando Albino representante da Secretaria do Estado da
10 Saúde; Conselheira Suplente Arlete Jocelina Adriano representante da Secretaria do
11 Estado da Saúde, Conselheira Titular Glorisse Lurdes Benincá representante da
12 Secretaria de Estado da Agricultura – SAR; Conselheira Titular Simone Cristina Vieira
13 Machado representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
14 Habitação – SST; Conselheira suplente Fabiana Vieira representante da Secretaria de
15 Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheiro Titular
16 Jerônimo Luiz Duarte Maia representante da Secretaria de Estado da Assistência
17 Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular Elaine Carmelita Piucco
18 representante da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE e Conselheira
19 Suplente Mônica Moraes representante da Fundação Catarinense de Educação
20 Especial – FCEE. Conselheiros (as) Titulares e Suplentes representantes das
21 Organizações não Governamentais: Conselheira Titular Kelly Aparecida dos Santos
22 representante do Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA; Conselheira Titular
23 Maria Antônia Carioni Carsten representante da Cáritas Brasileira Regional de Santa
24 Catarina; Conselheira Titular Vanita Weiss representante da Fundação CASAN –
25 FUCAS; Conselheiro Suplente Amilton Gonçalves representante da Sociedade Espírita
26 Obreiros da Vida Eterna – SEOVE; Conselheiro Titular Sergio Maureci Bernardo
27 representante da Central Única dos Trabalhadores- CUT, Conselheira Titular Livia
28 Maria Fontana representante do Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina –
29 SINPSI/SC, Conselheira Titular Elisabeth Ferrer representante do Fórum Estadual
30 Permanente de Assistência Social- FEPAS e Conselheira Titular Solange Bueno
31 representante da Associação Catarinense para Integração ao Cego – ACIC.
32 **Convidados e Participantes:** Aline A. Justino representante da Cáritas Brasileira,
33 Jean Carlos dos Passos acadêmico de Serviço Social da FADESC, Micheli Marcelino
34 de Jesus acadêmica de Serviço Social da FADESC, Iracema Wolan acadêmica de
35 Serviço Social da FADESC; Leni Terezinha da Cruz acadêmica de Serviço Social da
36 FADESC, José Lauro Severiano da Silva, Cristiane Eller Secretária de Justiça e
37 Cidadania; Maria Cecilia A. Godsfriedt , Sandra Regina da Silva Coimbra gerente da

38 Proteção Social Especial da Diretoria de Assistência Social; Katia Ribeiro Freitas
39 gerente da Gerencia de Política de Assistência Social da Diretoria de Assistência
40 Social; Marcos César Pinal representante da Articulação da Secretaria de Estado de
41 Assistência Social Trabalho e Habitação; Laura Santos Neitsal representante da
42 Cáritas Brasileira; Lucimara Poletti estudante do curso Serviço Social – UFSC e
43 estagiária do CEAS. A Presidente Solange inicia desejando uma boa vinda a todos e
44 solicita que todos se apresentem. Diante de condição satisfatória de quórum a
45 secretária executiva faz a leitura do edital de convocação: A Presidente do Conselho
46 Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, no uso de suas atribuições regimentais,
47 convoca os Conselheiros Titulares e convoca os Conselheiros Suplentes para a
48 REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 13/08/2013, terça feira, com início às 13h30min
49 em primeira convocação e às 13h45min em segunda convocação, com previsão de
50 término para as 18h, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Assistência
51 Social, Trabalho e Habitação – SST, na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro,
52 Florianópolis/SC, Fone: (48) 3229-3712, para deliberarem sobre a seguinte ordem do
53 dia: Levantamento do Quorum Regimental; Aprovação das Justificações dos
54 Conselheiros Ausentes; Leitura e Aprovação da Ordem do Dia; Aprovação da ata da
55 Reunião Plenária Ordinária de 09 de julho de 2013; Eleição da Mesa Diretora do
56 CEAS; Edital de Vacância da Sociedade Civil (apresentação do edital e recomposição
57 da comissão eleitoral); Parecer referente ao acréscimo do inciso IX ao artigo 3º da Lei
58 Complementar nº 143 de 26 de dezembro de 1995 – Lei que institui o Fundo Estadual
59 de Assistência Social; IX Conferência Estadual de Assistência Social; Momento das
60 Comissões; Momento dos Fóruns; INFORMES: Audiência Pública e Reunião
61 Descentralizada do CNAS em Porto Alegre; Justificaram ausência o Conselheiro Jadir
62 Fagundes Machado, a Conselheira Juçara Teixeira de Borba Scheffer e a Conselheira
63 Geneci Duarte. A Conselheira Presidente solicita a inclusão de Pauta do item
64 respostas referente ao demonstrativo no sistema do MDS e que o mesmo seja após o
65 item de eleição da mesa diretora. Ordem do dia aprovada por todos. Na sequência o
66 item ata da reunião plenária de 09 de julho de dois mil e treze sendo a mesma
67 aprovada por todos. Seguindo a pauta o item eleição da mesa diretora onde o
68 Conselheiro Sergio refere que a sociedade civil trás a proposta de recondução da
69 mesa diretora que historicamente vem acontecendo, com a mesma justificativa dada
70 pela mesa diretora da gestão anterior que era governamental e se respeitou o
71 momento da conferencia. A Conselheira Simone Viera sugere que os governamentais
72 se retirem por um momento da plenária para uma breve conversa a respeito da
73 proposta trazida pela sociedade civil. Solange sugere que se informe como esta a
74 composição da mesa diretora atualmente, onde todos se apresentaram Presidente

75 Solange Bueno representante da Associação Catarinense de Integração ao Cego –
76 ACIC (sociedade civil); Vice Presidente Simone Cristina Vieira Machado representante
77 da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST
78 (governamental); 1ª Secretária Maria Antônia Carioni Carsten representante da Cáritas
79 Brasileira Regional Santa Catarina (sociedade civil); 2ª Secretária Elaine Carmelitta
80 Piucco representante da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE
81 (governamental); 1ª Tesoureira Lívia Maria Fontana representante do Sindicato dos
82 Psicólogos – SINPSI (sociedade civil); 2ª Tesoureira Jerônimo Luiz Duarte Maia
83 representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação -
84 SST (governamental). Após o retorno dos conselheiros governamentais a Conselheira
85 Simone refere que esse ano foi um período de transição onde a Diretoria de
86 Assistência Social passou a compor a mesa diretora. Informa que os conselheiros
87 governamentais em conversa e preocupados com o próprio andamento do Conselho
88 entenderam que pode ser feita a recondução, pois assim não se fragiliza as próximas
89 etapas, não se fragiliza a Conferência e tendo assim maiores condições de um
90 trabalho em conjunto. Trouxe também que esse processo de recondução existe na
91 prerrogativa do regimento, mas que isso não vire uma regra. Colocado a recondução
92 da mesa diretora em votação sendo esta aprovada e aclamada por todos. A
93 Conselheira Solange refere que essa condição de Presidente até ontem era uma
94 decisão que vinha sendo discutida e que nesse momento de recondução estamos
95 todos envolvidos com o processo da conferência que é uma luta de todos nós. Que se
96 possa construir esse trabalho também nas comissões, não somente no momento da
97 conferência, mas sim em todas as demandas do Conselho que tem como objetivo o
98 usuário. Refere que se escuta críticas e comentários em relação ao estado de Santa
99 Catarina e que o CEAS pode mudar essa história. Que cada conselheiro possa fazer
100 essa diferença que somente é possível com envolvimento e estudo. É preciso que
101 essa dinâmica aconteça por meio da promoção de momentos de estudo pois se tem
102 um quadro renovado. Estamos indo para o segundo mandato e tivemos somente uma
103 capacitação. Estamos indo para uma conferência e precisamos criar uma rotina com
104 os conselheiros. Solicita a contrapartida da secretaria para trabalharmos na
105 capacitação aos conselheiros. Como encaminhamento para essa nova gestão refere
106 que não se pode trabalhar em cima somente de demandas para que possamos
107 efetivar o controle social. Seguindo a pauta partiu-se para o item de inclusão de pauta
108 que é referente a prestação de contas de 2012. Relembra que na Plenária passada foi
109 apreciado e aprovado toda a prestação de contas, no entanto precisamos informar os
110 dados no sistema do MDS sobre o recurso que provem do Fundo Nacional de
111 Assistência Social, sendo necessário preencher e responder algumas perguntas.

112 Informa que ela juntamente com a secretaria executiva estiveram trabalhando nisso
113 durante a semana. A secretaria executiva procede a leitura das perguntas e respostas
114 e explica que estão divididas em: serviços, IGD SUAS e IGD Bolsa Família. Iniciando
115 pelos serviços: 1) O Conselho acompanha a elaboração e execução do orçamento da
116 Assistência Social? Resposta: Acompanha não somente o Orçamento como também o
117 Plano Plurianual da Política de Assistência Social Quadriênio 2012-2015. 2) Os
118 serviços/programas cofinanciados pela União foram prestados à população de forma
119 regular, sem descontinuidade, durante todo o exercício? Resposta: Sim os gastos
120 foram executados de acordo com as normas reguladoras do Sistema Único de
121 Assistência Social. 3) Os recursos federais destinados a execução dos
122 serviços/programas foram utilizados na finalidade estabelecida pela União? Resposta:
123 Sim os recursos foram executados de acordo com as normas reguladoras do Sistema
124 Único de Assistência Social. 4) O ente cofinancia os serviços/programas? Resposta:
125 Cofinancia serviços de média complexidade a 31 municípios e serviços de alta
126 complexidade a 115 municípios. 5) Os relatórios de execução financeira apresentados
127 ao Conselho são de fácil compreensão? Resposta: Sim, no entanto, foi solicitado um
128 maior detalhamento no relatório de cumprimento do objeto viabilizando assim uma
129 maior compreensão e análise das informações contidas no documento. 6) A execução
130 dos recursos cofinanciados pela União foi realizada conforme as normas que
131 regulamentam os serviços/programas? Resposta: Sim os recursos foram utilizados de
132 acordo com as normas reguladoras do Sistema Único de Assistência Social. Quanto
133 aos recursos do IGD SUAS: 1) As atividades executadas respeitaram os termos da
134 Portaria que regulamenta o IGD SUAS? Resposta: Sim as atividades respeitaram os
135 termos da Portaria. 2) O gestor local executa, pelo menos, 3% dos recursos
136 transferidos para o IGD SUAS em ações de apoio ao conselho? Resposta: Sim
137 transferem recursos para apoiar o Conselho. 3) Os recursos do IGD SUAS foram
138 executados, respeitando sua finalidade? Resposta: Sim foram executados respeitando
139 os termos da Portaria. 4) Foram observados, na execução das atividades com os
140 recursos do IGD SUAS, todos os princípios exigidos pela legislação aplicada a
141 Administração Pública? Sim. PARECER do CEAS: Os recursos do IGDSUAS foram
142 gastos conforme as normativas reguladoras vigentes, no entanto, não foram gastos
143 em sua totalidade, restando para o ano de 2013, saldo remanescente onde foi feito um
144 Plano de Aplicação já aprovado pelo CEAS por meio da Resolução nº 16 de 09 de
145 julho de 2013. Com referência ao IGB PBF: 1) Foram observados, na execução das
146 atividades com os recursos do IGD PBF, todos os princípios exigidos pela legislação
147 aplicada à Administração Pública? Sim. Quanto ao segundo questionamento foi
148 solicitado aos integrantes da Comissão de Acompanhamento ao PBF que se

149 manifestasse visto que tiveram a presença de uma técnica em sua ultima reunião. 2)
150 Segundo a avaliação do conselho, o ente realiza uma adequada gestão das
151 condicionalidades do PBF, realizada de forma intersetorial? A conselheira Simone
152 refere que o Programa Bolsa Família possui um grupo intersetorial que se reúne com
153 freqüência. Algumas ações são divididas como algumas capacitações que competem
154 a secretaria da educação, onde cada secretaria tem a sua interface e vem funcionando
155 dessa maneira exceto o fato de hoje precisarmos recompor a coordenação pois isso
156 fragiliza no que tange a assistência dentro do processo, mas o trabalho vem sendo
157 realizado. O Conselheiro Sergio informa que o que a técnica apresentou foi o que a
158 Simone nos trouxe. A Conselheira Livia lembra que esses questionamentos são com
159 referencia ao ano de 2012. A Conselheira Simone reforça que estão há um mês sem
160 coordenação. Desta feita a resposta é SIM. 3) Os recursos alocados na gestão do PBF
161 foram utilizados nas finalidades para os quais foram disponibilizados? Resposta: Sim
162 foram utilizados de acordo com as normativas reguladoras. 4) Todas as atividades
163 executadas foram feitas nos termos da Portaria que regulamentou o IGD PBF?
164 Resposta: Sim foram utilizados de acordo com os termos da Portaria que regulamenta
165 o IGD PBF. 5) Segundo a avaliação do conselho, a gestão local desenvolve ações
166 adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão
167 dos dados contidos no CADÚNICO? A Conselheira Simone refere que sim, no entanto
168 esse pergunta não cabe muito ao Estado pois quem faz isso é o município, o estado
169 nem tem acesso ao sistema. A gestão estadual atua na capacitação, na orientação,
170 na instrumentalização aos municípios para que usem o cadastro único como
171 referencial de vulnerabilidade. O Estado não faz identificação nem cadastramento. O
172 Conselheiro Sergio trás que o fato é que o conselho não esta conseguindo
173 acompanhar essa questão nos municípios e por outro lado o gestor estadual tinha no
174 ano de 2012 uma equipe com uma única pessoa. A Conselheira Livia refere que o
175 Estado pode desenvolver ações adequadas para identificar as famílias que são perfil
176 do Bolsa Família, tendo um diagnóstico do Estado, mas não tem. O Conselheiro
177 Sergio informa que a Claudia apresentou os relatório de indicadores quantitativas.
178 Analisando as colocações de todos a resposta foi sim. PARECER: Os recursos do IGD
179 PBF foram gastos conforme as normativas reguladoras vigentes, no entanto não foram
180 gastos em sua totalidade, restando para o ano de 2013 saldo remanescente onde foi
181 feito um Plano de Aplicação já aprovado pelo CEAS por meio da Resolução nº 10 de
182 15 de março de 2013. O Conselheiro Amarildo solicita que se após o termo “normas
183 reguladoras e portarias” se acrescente a palavra vigente. Desta feita as respostas
184 foram aprovadas por todos. Dando seqüência ao próximo item de pauta: Edital de
185 Vacância da Sociedade Civil. A Conselheira Maria Antonia explica que no ano

186 passado quando foi feita a eleição da sociedade civil para compor o conselho no
187 entanto não se conseguiu fechar todas as vagas de suplência, tendo ainda em aberto,
188 três vagas do segmento usuário e três vagas do segmento entidade. Menciona que no
189 ano passado foi definido como coordenadores desse processo a Conselheira Solange
190 e o Conselheiro Jadir sendo estes os responsáveis pela elaboração do edital para a
191 composição das vacâncias. Informa que a proposta para a realização desse fórum
192 para completar as vacâncias é o dia 02 de outubro. A Conselheira Maria Antônia
193 procede a leitura do edital: O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA na
194 forma do art. 6º da Lei nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995, que institui o Conselho
195 Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC resolve: convocar os
196 representantes de usuários e organizações de usuários; os representantes das
197 entidades prestadoras de serviço e organizações de assistência social, com
198 abrangência estadual, que comprovadamente desenvolvam suas atividades há no
199 mínimo dois anos, para participarem do “Fórum Eletivo da Sociedade Civil” para a
200 eleição das vagas remanescentes, na condição de suplentes, das 06 (cinco)
201 organizações da sociedade civil eleitas no sufrágio eleitoral de 10/07/2012, junto ao
202 Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, para a
203 Gestão 2012-2014, de conformidade com o art.4º, inciso II e art. 5, da referida Lei nº
204 10.037/95, obedecendo as referidas representações que assim se seguem:-(03) vagas
205 para os representantes das organizações dos usuários na condição de suplência;-(03)
206 vagas para os representantes das entidades prestadoras de serviço e organizações de
207 assistência social na condição de suplência;O sufrágio deverá ocorrer na sessão do
208 “Fórum da Sociedade Civil” a realizar-se em 02 de outubro de 2013, a partir das 14:00
209 horas, no Auditório da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
210 Habitação, na Avenida Mauro Ramos, 722, Bloco II, Centro, Florianópolis, SC,
211 observando os itens abaixo relacionados:I - A partir da data de publicação oficial do
212 presente Edital, a entidades de Assistência Social e organizações de usuários, que
213 comprove a sua atuação em âmbito estadual, que comprovadamente desenvolvam
214 suas atividades há no mínimo dois anos e que satisfaça aos requisitos, dos Artigos 4º
215 e 5º, da Lei nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995, poderá, requerer a participação no
216 Fórum Próprio para Eleição da Sociedade Civil, do Conselho Estadual de Assistência
217 Social de Santa Catarina – CEAS/SC, com direito de votar e ser votada, mediante
218 entrega para protocolo na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência
219 Social – CEAS/SC, no Endereço: CEAS/SC, Avenida Mauro Ramos, 722- Bloco II, 1º
220 Piso, Sala 18– Centro – CEP: 88.020-300 Florianópolis- SC- Fone: (48) 3229 3712 –
221 endereço eletrônico: ceas@sst.sc.gov.br, até as 19:00 horas de 24/09/2013,
222 admitindo-se esta data, como limite da postagem por SEDEX, com a apresentação

223 dos seguintes documentos, a serem observados de acordo com a natureza das suas
224 estruturas organizacionais: Para Entidades: 1. Ata de Constituição da Organização; 2
225 Estatuto Social; 3 CNPJ, 4 Ata de Posse da Atual Diretoria e do Conselho Fiscal; 5
226 Relatório de Atividades de 2012; 6 Comprovação de Inscrição no CMAS da sede ou de
227 onde desenvolve suas principais atividades; 7. Ofício indicando a Inscrição no Fórum
228 como candidato a veja no Conselho Estadual. Para organização de usuários: 1. Ata de
229 Constituição da Organização; 2. Carta de Princípios; 3) estatuto Social (quando
230 entidade); 4) CNPJ (quando entidade), 5 Ata de Posse da Atual Diretoria e/ou
231 Colegiado, 6 Relatório das Atividades ou atas de 2012; 7 Comprovação de Inscrição
232 no CMAS da sede ou de onde desenvolve suas principais atividades (quando
233 entidade); Ofício indicando a Inscrição no Fórum como Candidato a vaga no Conselho
234 Estadual. II. A organização que tiver seu requerimento indeferido poderá interpor um
235 único recurso para o Fórum Próprio, no endereço do CEAS/SC, em até 48 horas
236 contadas a partir das 18 horas do dia 26/09/2013; data prevista para a publicação
237 oficial do resultado das organizações habilitadas, no site www.sst.sc.gov.br. O recurso
238 será analisado e, divulgado seu resultado em até o 1º dia útil, afixado em mural próprio
239 na Secretaria Executiva do CEAS/SC. III. Os representantes da Sociedade Civil do
240 CEAS/SC, representados pelo Coordenador do Fórum Estadual de Assistência Social
241 em Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, os
242 Conselheiros Solange Bueno da Associação Catarinense para Integração do Cego –
243 ACIC e o Conselheiro Jadir representante do Conselho Regional de Psicologia,
244 respectivamente, na função de Coordenadores, para dirigir os trabalhos do Processo
245 Eleitoral dos novos componentes da sociedade civil, na condição suplente, para a
246 Gestão 2012-2014, de conformidade com o disposto no item seguinte. IV. Abertos os
247 trabalhos do Fórum Próprio, em 02 de Outubro de 2013, os Coordenadores
248 promoverão a eleição de Presidente do Fórum, entre os presentes. V. Depois de eleito
249 e empossado, o Presidente do Fórum receberá da Comissão Organizadora as
250 inscrições qualificadas para concorrerem à vaga de Representante da Sociedade Civil,
251 junto ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, devendo em seguida,
252 proceder a eleição das Organizações por segmento. VI. As Organizações,
253 devidamente habilitadas e aprovadas, estarão aptas a votar e serem votadas,
254 conforme letras: a b, e c do Inciso II, do Artigo 4º da Lei nº 10.037, de 26 de dezembro
255 de 1995. VII. O Fórum Próprio é soberano para as questões da eleição dos
256 Segmentos da Sociedade Civil, bem como para dirimir casos omissos. VIII. O
257 CEAS/SC informará ao Ministério Público Estadual, por meio do Procurador Geral de
258 Justiça, a realização da eleição em Fórum Próprio da Assistência Social,
259 possibilitando-lhe o exercício da competência definida no ‘caput’ do art. 6º da Lei nº

260 10.037, de 26 de dezembro de 1995. IX. Após a realização do Fórum Próprio da
261 Sociedade Civil, as Organizações eleitas, na condição de Suplentes, terão o prazo até
262 as 19:00 horas, do dia 04 de outubro de 2013, para indicar, por escrito, o nome do seu
263 representante, ao CEAS/SC, sob pena de ser substituído na forma do disposto no art.
264 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995. Florianópolis, 13 de
265 agosto de 2013. A Conselheira Maria Antonia informa que é preciso verificar um novo
266 integrante para coordenar juntamente com a Solange visto que o Jadir não estará mais
267 representando o Conselho Regional de Psicologia. A Conselheira Solange informa que
268 em contato com o Jadir o mesmo informou que o Conselho Regional de Psicologia iria
269 realizar a substituição e portanto ele estaria se afastando do CEAS. Sendo assim
270 necessitamos de uma pessoa para substituir a coordenação, onde a conselheira
271 Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Ferrer representando o Fórum Estadual
272 Permanente de Assistência Social – FEPAS estará realizando juntamente com a
273 Solange a Coordenação. Edital aprovado por todos. Seguindo a Pauta Parecer
274 referente a Lei do FEAS: A conselheira Solange informa que o Conselho Estadual
275 recebeu um ofício para se manifestar com relação a um projeto de lei que esta
276 tramitando na Assembléia Legislativa referente a alteração da Lei do Fundo Estadual
277 de Assistência Social. Lembrando que o FEAS foi criado com a finalidade dos recursos
278 serem alocados dentro do fundo, onde o gestor repassaria os recursos e o CEAS faria
279 o controle desses recursos. Nesse ano entrou esse projeto de lei e a partir do
280 momento que o CEAS recebeu esse ofício iniciou-se a discussão e o estudo discutir
281 do documento. Foi solicitado a presença de um técnico da secretaria da fazenda para
282 esclarecimentos. Num primeiro momento foi trabalhado a Lei do FEAS dentro da
283 comissão de normas onde foram elencados alguns pontos que já não caberiam mais a
284 esta Lei, após foi encaminhado a comissão de finanças e comissão de política. As
285 Comissões fizeram um parecer para ser apreciado em plenária. Procedeu-se a leitura
286 do pedido de diligência ao projeto complementar nº 0007.3/2013. Com amparo
287 regimental, o Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça designou-me para
288 relatar o Projeto de Lei Complementar supramencionado, de origem governamental, o
289 qual pretende alterar a Lei Complementar nº 143, de 26 de dezembro de 1995 e que
290 institui o Fundo Estadual de Assistência Social. Da exposição de motivos, extrai-se em
291 síntese que as alterações propostas são consequência de trabalho realizado pela
292 Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda apontando para
293 o remanejamento dos fundos para a Secretaria de Estado que guarde maior afinidade
294 com seus objetivos, bem como possibilitar que os seus recursos sejam utilizados,
295 inclusive, na sua manutenção. Nesse sentido, alega o Secretário de Estado da
296 Fazenda, subscritor da exposição de motivos, que para atingir os objetivos e ações

297 vinculados aos fundos. Há a necessidade de uma estrutura administrativa que “gera
298 um custo, inclusive relacionado a pessoal”. Para a previsão de manutenção e custeio
299 do fundo, o Governo propõe a inserção do inciso IX ao art 3º da Lei Complementar nº
300 143 de 1995. Consta ainda da proposição a previsão de autorização para que o Chefe
301 do Poder Executivo promova as adequações no Plano Plurianual (PPA 2012-2015),
302 bem como proceda os remanejamentos das dotações orçamentárias para
303 implementação da lei ora projetada. Da Análise da matéria, cabe, as seguintes
304 considerações: 1 Na exposição de motivos o Secretário de Estado da Fazenda afirma
305 que as alterações a respeito da gestão de fundos estaduais estão baseadas na
306 conclusão do trabalho elaborado pela Diretoria de Contabilidade geral daquela Pasta,
307 porém o referido trabalho não acompanha a referida Exposição de motivos; 2 a
308 proposição não define quais dotações sofrerão remanejamento nos termos do seu
309 artigo 3º; 3 - A lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que Dispõe sobre a
310 organização da Assistência Social e dá outras providências” prevê repasses de
311 recursos aos entes federados a título de apoio financeiro à gestão dos Sistema Único
312 de Assistência Social (inciso III do art 12-A), vedando a utilização desses recursos
313 para pagamento de pessoal efetivo e de gratificações de qualquer natureza a servidor
314 público estadual, municipal ou do Distrito Federal; 4) o FEAS está vinculado a
315 secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e, conforme o
316 parágrafo único do artigo 3ºda lei, que ora está sendo alterada, a aplicação dos
317 recursos do referido fundo depende de prévia aprovação do Conselho Estadual de
318 Assistência Social e não há no processo manifestação daquele Conselho quanto à
319 aplicação de recursos do fundo na sua manutenção e custeio, inclusive despesas de
320 pessoal e encargos sociais. Diante de todo o exposto, proponho o diligenciamento do
321 Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/2013, para as manifestações da Secretaria de
322 Estado da Fazenda acerca dos itens 1 a 3, e para a Secretaria de Estado de
323 Assistência Social, Trabalho e Habitação acerca do item 4, constantes nesse Pedido
324 de Diligência. Foi feita a leitura do Projeto de Lei Complementar que: Art 1º Fica
325 acrescido o inciso X ao art 3º da Lei Complementar nº143 de 26 de dezembro de
326 1995, com a seguinte redação: IX manutenção e custeio do próprio fundo, inclusive
327 para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. Art 2º Fica o Chefe do
328 Poder Executivo autorizado a promover as adequações no Plano Plurianual (PPA
329 2012-2015) e a remanejar as dotações orçamentárias necessárias à implementação
330 desta Lei Complementar. A Conselheira Fabiana menciona que fica claro que é
331 recursos para pagamento de equipe para gerir o fundo. A Conselheira Livia informa
332 que o Sr Valdor técnico da Secretaria da Fazenda explicou que a pretensão desse
333 projeto de lei é a criação de uma equipe exclusiva para gerir o fundo e inclusive

334 pagamento de pessoal com o recurso do FEAS. O Conselheiro Jerônimo informa que
335 o hoje o recurso Fundo não esta garantido em nenhuma resolução constitucional e fica
336 a cargo da secretaria da fazenda estabelecer a cota orçamentária e programação
337 financeira. O que tem acontecido hoje e que tem preocupado o gestor da assistência
338 social, o conselho e todos que tentam implementar a política de assistência social é o
339 descaso da secretaria da fazenda quando ela faz a programação financeira. A
340 Conselheira Glorisse reforça o que trouxe o técnico Valdor que deveria ser feito um
341 levantamento de todos os recursos que deveriam estar no FEAS e que eles estão
342 pulverizados em outros fundos como exemplo as secretarias de desenvolvimento
343 regional. A conselheira Livia traz que isso já vem sendo falado mas nunca foi dado um
344 encaminhamento: sugere que isso seja pauta para a próxima plenária. Que a
345 Comissão de Finanças faça uma investigação do orçamento das secretarias de
346 desenvolvimento regional, pautar para a próxima plenária para a criação de uma
347 proposta de luta, podendo até ser uma proposta que o CEAS leve para a conferência.
348 O Conselheiro Jerônimo refere que é um luta política que não é fácil mas que é
349 necessário que se tenha claro esse estudo. Procedeu-se a leitura do parecer: As
350 Comissões de Política, Financiamento e Normas, em reunião realizada em 12 de julho
351 de 2013, nas dependências do Conselho Estadual de Assistência Social, analisou a
352 proposta do Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/2013 que propõem a alteração da
353 Lei Complementar nº 143 de 1995 que institui o Fundo Estadual de Assistência Social
354 – FEAS e dá outras providências. A reunião contou com a presença do Sr. Valdor
355 Angelo Montagna da Secretaria de Estado da Fazenda, que esclareceu aos presentes
356 a motivação para a alteração da Lei do FEAS, sendo principal objetivo a constituição
357 de uma equipe de Gestão do Fundo que possa buscar novos recursos através de
358 projetos ao Governo Federal. A partir disso apresenta as seguintes considerações:
359 Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742) que institui o Fundo
360 Nacional de Assistência Social estabelece que as condições para realização de
361 transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, de acordo com artigo 30, aos
362 municípios, aos Estados e ao Distrito Federal são a efetiva instituição e funcionamento
363 do: Conselhos de Assistência Social; Fundo de Assistência Social; Plano de
364 Assistência Social; e Comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à
365 assistência social alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.
366 Considerando que, conforme a LOAS, os Fundos de Assistência Social tem por
367 finalidade proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos
368 e benefícios de Assistência Social, no qual são alocados os recursos destinados ao
369 cofinanciamento das ações da Política de Assistência Social dispostas na Lei Orgânica
370 de Assistência Social. Considerando que o Fundo Estadual de Assistência Social –

371 FEAS criado através da Lei nº 143, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de
372 proporcionar recursos e meios para o financiamento de ações na área de assistência
373 social e sob orientação e controle do Conselho Estadual de Assistência Social.
374 Considerando a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional
375 de Assistência Social que trata da Norma Operacional Básica do Sistema Único de
376 Assistência Social define em seu artigo 15 as responsabilidades dos Estados, e em
377 seu inciso VI que é de responsabilidade dos Estados, garantir condições financeiras,
378 materiais e estruturais para o funcionamento efetivo da Comissão Intergestores
379 Bipartite e do Conselho Estadual de Assistência Social; Considerando o artigo 48 da
380 Resolução 33 do CNAS que apresenta que os fundos de Assistência Social são
381 instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito
382 Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as
383 despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios
384 de Assistência Social. Considerando a Resolução acima citada no que se refere a
385 cofinanciamento no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o artigo 55 reforça
386 que os Estados devem destinar recursos próprios para o cumprimento de suas
387 responsabilidades, em especial para:II – o apoio técnico e financeiro para a prestação
388 de serviços, programas e projetos em âmbito local e regional;
389 V – o provimento de infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho Estadual
390 de Assistência Social; Considerando que para acesso a recursos federais através do
391 Fundo Nacional de Assistência Social, a referida Norma Operacional Básica, prevê
392 incentivos financeiros à gestão que poderão ser requeridos a partir dos resultados
393 alcançados pelos Estados na execução da Política de Assistência Social.
394 Considerando o artigo 76 da Resolução 33, onde os incentivos financeiros com base
395 nos resultados serão calculados por meio dos Índices de Gestão Descentralizada do
396 SUAS – IGDSUAS e do Programa Bolsa Família – IGDPBF instituídos,
397 respectivamente, na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e na Lei nº 10.836, de 9
398 de janeiro de 2004. Considerando, ainda na Resolução 33, o artigo 83 que trata das
399 penalidades, onde o não cumprimento das metas pactuadas nacionalmente e os
400 indicadores de gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais,
401 são penalidades: o bloqueio temporário ou a suspensão do repasse de recursos.
402 Considerando que o artigo 84, no que trata a fiscalização dos Fundos, apresenta que
403 os Conselhos de Assistência Social, em seu caráter deliberativo, tem papel estratégico
404 no SUAS de agentes participantes da formulação, avaliação, controle e fiscalização da
405 política, desde o seu planejamento até o efetivo monitoramento das ofertas e dos
406 recursos destinados às ações a serem desenvolvidas. Considerando que os valores
407 alocados na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO em vigência são insuficientes para

408 a gestão e execução da Política de Assistência Social, sendo R\$ 428.527,24 da Fonte
409 261 Fundo Social, e R\$ 7.794.752,50 da Fonte 100, Tesouro do Estado. Em sendo
410 assim, o Conselho Estadual de Assistência Social manifesta-se contrário a tramitação
411 do referido PL, recomendando seu arquivamento, uma vez em que apresenta
412 compreensão diversa da legislação nacional vigente acerca da constituição dos
413 Fundos de Assistência e a pertinência de suas rendas e utilizações, sendo, portanto
414 inconstitucional. Parecer aprovado por todos os presentes. Seguindo a pauta o item da
415 IX Conferência Estadual de Assistência Social, onde se foi trazido que seria necessário
416 eleger os representantes do CEAS para compor os eixos como facilitadores
417 juntamente com os técnicos da Secretaria de Estado. No eixo 1 ficou definido a
418 Conselheira Maria Antônia juntamente com o técnico Jeronimo Luiz, no eixo 2 a
419 Conselheira Solange e a técnica Bruna, no eixo 3 a Conselheira Livia e a técnica
420 Letícia Martins, no eixo 4 a Conselheira Elisabeth Bahia e a técnica Renata Nunes, no
421 eixo 5 o Conselheiro Sérgio e a técnica Camila e no eixo 6 a Conselheira Simone e a
422 técnica Renata Vieira. O Relator será retirado do grande grupo. Ficou definido que os
423 conselheiros seriam os coordenadores e responsáveis por estar mais próximo de
424 relator, bem como para salvar toda a documentação e encaminhar até a equipe de
425 relatoria. Foi pensado num estudo de cada eixo, sendo dois eixos por dia e como
426 datas prováveis: 05,12 e 19. Nos informes a Conselheira Presidente informou sobre a
427 Reunião Descentralizada do CNAS realizada em Poro Alegre e que teve como tema a
428 IX Conferência de Assistência Social. Foram representando o CEAS a Conselheira
429 Glorisse, a Conselheira Vania, a Conselheira Elisabeth, a Conselheira Solange e a
430 secretaria executiva Roseane. No evento houve a discussão dos seis eixos temáticas
431 onde representantes se dividiram procurando estar um em cada eixo. Já foram
432 disponibilizados os materiais utilizados no evento e que encontram-se disponíveis do
433 site. Material de estudo importante. A Conselheira Simone informa que iniciou-se a 1ª
434 etapa de capacitação para os planos municipais de Assistência Social, onde que
435 estará ministrando são os técnicos da Diretoria de Assistência Social. O calendário
436 encontra-se disponibilizado no site. Informa também que está em fase de licitação o
437 CapacitaSUAS e o de contadores. Outro informe trazido pela Conselheira Simone é
438 que os totens terminais de autoatendimento não fazem mais parte do pacto. Momento
439 das Comissões: Comissão de Acompanhamento ao Programa Bolsa Família que
440 recebeu a presença da técnica Claudia que informou que saiu da coordenação.
441 Sabendo da gravidade desse fato que pode acarretar também prejuízos financeiros
442 com a diminuição de recursos foi solicitado que se enviasse um ofício ao Secretário de
443 Assistência Social, requerendo soluções e não sendo resolvido essa situação será
444 encaminhada ao CNAS e informada aos municípios. A Conselheira Simone pede que

445 se aguarde um pouco porque já estão vendo um técnico efetivo para assumir essa
446 função. O Conselheiro Sergio registra que sua diária da reunião da comissão não foi
447 efetuada e que a técnica informou que o pagamento de diária para essa Comissão
448 pode ser utilizado com recurso do IGD Programa Bolsa Família. Dado por encerrada a
449 reunião eu Roseane Zacchi com o apoio e contribuição da estagiária do CEAS –
450 Lucimara Poletti, lavramos a presente ata.